

Reconstruindo o Mercado Público de Florianópolis

André R. P. I. Yamamoto

Universidade Federal de Santa Catarina

andre.yamamoto@gmail.com

Resumo: Este artigo tece reflexões acerca da construção do Mercado Público de Florianópolis. Analisa as mudanças, geográficas e simbólicas, desde sua construção até os dias atuais, atentando para as disputas de poder intra-classe decorrentes desse processo.

Palavras-Chave: Mercado Público; Espaço Urbano; Florianópolis

Abstract: This article makes reflections about the construction of the Public Market of Florianópolis. It analyzes the changes, geographic and symbolic, since its construction until the current days, attempting for the disputes of the interclass power of this process.

Keywords: Public market; Urban Space; Florianópolis

Reconstructing the Public Market of Florianópolis

São duas torres altas e pombos visitantes/Neste castelo contemporâneo/O
alpendre une-as,/As torres/ O céu cor-do-mar reluz sobre si/ Qual ouro, tinta
cor que lhe cobre/ Sob o manto dourado, as pessoas/ Povo urbano que/
atravessa teus corredores/ E teu vão central, sempre cheio de música,
reparte-o em dois/ Democraticamente, feito carnaval de rua/ Com duas alas:
Uma antiga, outra com cheiro de peixe/ Porque, um dia, o mar te avizinhou
Hoje, o ignoras solenemente através do aterro que os separam, /Mas ainda
sorris, mercado de histórias, pelos lábios da tua gente/ Que te corta feito
flecha/ Que te cobre qual onda/ E que jamais se afastará de ti como fez o
mar... 1

Procuo através deste artigo, estudar a história do Mercado Público Municipal de Florianópolis, compreendendo as disputas e simbologias que cercaram este importante prédio da história - passado e presente - da capital de Santa Catarina. Segundo Rogério Leandro Silveira:

A noção de cidade implica a aglomeração de toda uma população, ou seja, a concentração do habitat e das atividades. Atividades que de distinguem da exploração direto do solo, uma vez que conduzem à especialização das tarefas, e contribuem sobretudo para as trocas e a organização social. Tem-se

¹ DUARTE, Evandro. *Mercado de Histórias*. Poesia disponível em <http://www.alquimidia.org/mercado/index.php?id=18&mod=noticia>



assim uma arrumação dos espaços e dos serviços urbanos que implica uma organização coletiva.²

Se tivermos a cidade com essa representação, o mercado, não é senão, uma síntese dessas relações, ao mesmo tempo concatenando-as e fazendo-as mais perceptíveis.

Não busco apenas analisar datas ou números acerca da construção do prédio, mas perceber as instituições, simbologias e personificações geradoras e geradas pelo Mercado, sejam enquanto prédio comercial ou símbolo importante para o “Manezinho da Ilha”³. Desde sua importância enquanto peça na disputa política em Nossa Senhora do Desterro, passando por uma tentativa de higienização social do seu público, até os dias atuais, um importante ponto turístico.

Podemos ver o mercado como um símbolo do Estado – simbologia advinda de sua responsabilidade de abastecer a cidade, os cidadãos que não plantam o que comem - transformar-se ora em prédio de disputas políticas e econômicas, ora em símbolo citadino ou atração turística. Ambiciono que após a leitura deste artigo o leitor compreenda as causas dessas mudanças e o contexto no qual ocorreram, pois “foi um dos mais importantes capítulos da vida política de Santa Catarina, no 2º reinado, por ser o inicial, e ter a muitos empolgado[...]⁴

Desde fins do século XVIII, os mercadores da atual Florianópolis, se juntavam em frente à praia, na atual praça XV de Novembro, para vender todo tipo de gênero alimentício: construíam barraquinhas, quiosques, até mesmo balcões para a venda de peixe, quando esse não era vendido nas próprias canoas. De acordo com a coleção de leis do município de Florianópolis, em 1896 a lei nº 90 permitia o livre comércio dos pescados. Como era de se esperar, a “situação sanitária naquele local, mesmo para os padrões da época, eram péssimas”.⁵

Diante disso, inúmeras disputas ocorreram para destruir essas barraquinhas, que segundo algumas pessoas, apenas serviam para degradar e poluir a cidade:

² RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1986. Apud SILVEIRA, Rogério Leandro. Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. P. 24

³ “Manezinho da ilha” é uma alcunha dada as pessoas naturais da ilha de Florianópolis, aqui utilizado para simbolizar essa relação do mercado público de Florianópolis com o morador da ilha.

⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979. p. 94.

⁵ JORGE, Nivaldo. *A descoberta do Mercado Público*. Editora Cor Grafic; Florianópolis, 1996, p.19.



Pensou-se em colocá-las abaixo, em livrar o Largo daqueles empecilhos, em ‘moralizar’ (foi o termo empregado...) o centro urbano de Nossa Senhora do Desterro, livrando-a dos ajuntamentos em torno dos quiosques.⁶

Ou ainda:

O damno público resultado das barracas por conta da Fazenda Nacional, alugadas a pessoas imorais a até a escravos, e que desde a sua origem tem sido receptáculo de roubos e lugar de todo o gênero de prostituição, além do ridículo aspecto que faz apresentar a praia da cidade.⁷

Em 1834 a regência ordenou a destruição das barraquinhas, ordem que não foi cumprida. Neste episódio, podemos perceber a importância das barracas: como se pode imaginar, a vida social e econômica da cidade, na época, girava em torno dessas barraquinhas.

Apenas em 1845, ainda que provisoriamente, algo foi feito. Viria à cidade D. Pedro II, e em decorrência de sua estadia no Palácio do Governador, as barraquinhas seriam removidas da praça – que ficava em frente ao palácio – e poderiam voltar assim que o imperador partisse. Desse modo garantiria uma vista mais higienizada da cidade, passando assim uma impressão de cidade grande e organizada.

Mudaram as tais barraquinhas para a ponte do vinagre durante a estadia do imperador. Quando o imperador partiu, a câmara municipal apresentou um documento onde, segundo eles, constavam mais de 140 assinaturas para que as barraquinhas continuassem no lugar onde estavam, ou seja, nas imediações da ponte do vinagre (atual Avenida Hercílio Luz). Aproveitando-se de uma mudança de caráter provisório, temos aqui uma das primeiras medidas, mesmo sendo oportunista, de deslocamento das barracas, por causa do público que as freqüentava e devido à situação sanitária no local, percebemos que um número considerável de pessoas queria a mudança dessas barracas. De acordo com a análise dos documentos, principalmente as atas da Sociedade Patriótica de Desterro, vemos que nesse primeiro momento o Mercado era freqüentado por grupos considerados marginais: prostitutas, escravos libertos bem como os chamados “branco-vadios”. Aqui já percebemos uma tentativa de “limpeza social”, ainda que não muito bem delineada.

Não obstante essas percepções, Cabral⁸ nos diz que as barraquinhas rendiam 126\$840 anualmente, devido a isso João Prestes Barreto da Fontoura, então Presidente da Junta da Fazenda, era um importante aliado contra a destruição destes quiosques. Analisando a coleção

⁶ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora ..., op. cit.*, p. 87.

⁷ Atas da Sociedade patriótica de Desterro. Apud, CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora..., op. Cit.*, p. 87

⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora ..., op. cit.*, p. 88.



de leis do município de Florianópolis, podemos perceber através das declarações de receita, gastos e rendas, que o Mercado era um dos prédios mais lucrativos: em 1897 havia tido 8:500\$000 de renda e 1:740\$000 de gastos. Em 1901 esse lucro e ainda maior, 11:600\$000 de renda, contra 4:040\$000 de gastos. Nessas contas havia os pagamentos de trabalhadores e administradores do prédio do mercado, eventuais reformas; já a renda era advinda de pagamento de dívidas e aluguel.

Em decorrência dessa mudança, acendeu-se calorosa discussão acerca do local onde seria construído um mercado público. Os argumentos pendiam quase que exclusivamente para os interesses econômicos, tendo pouco ou nenhum teor puramente político. Até que em 1848, através da lei nº. 252, o Presidente da província foi autorizado a construir o Mercado Público na praça principal da cidade. A lei nº 228 aprovando a construção do Mercado, sem lugar definido havia sido aprovada em 9 de maio de 1846, dois anos antes da construção propriamente dita. Portanto, tem-se dois anos para a discussão e decisão do lugar onde ele seria construído.

Nesse cenário de disputas, surgem os dois primeiros partidos políticos distintos dentro da atual Florianópolis. O partido barraquista – também chamado de cristão, saquarema ou conservador – e o partido vinagrista – conhecido como judeu, luzia ou liberal – cada qual defendendo um local, de acordo com seus interesses econômicos e políticos, nessa respectiva ordem. Gerando grandes discussões através da imprensa Catarinense: “repercutiram por toda a parte e, por algum tempo, fixaram sobre a província a atenção de todo o Império”⁹.

As disputas ficaram ainda mais acirradas com a abertura da única vaga que a província possuía na representação nacional. Cada partido selecionou um candidato para concorrer a essa vaga: o candidato do Partido Cristão era Joaquim Augusto do Livramento, jovem bacharel, recém-formado. Já o Partido Judeu escolhe Jerônimo Coelho, ex-ministro do império. Nesse episódio fica claro que interesses econômicos, e até mesmo pessoais, vinham antes de interesses políticos, podemos notar uma concepção de Nossa Senhora do Desterro enquanto *Capital de Santa Catarina*, em detrimento de uma concepção de cidade como *parte da União*. Ou seja, estavam mais preocupados com a manutenção de poder das famílias internas, do que nos deveres e direitos políticos advindos desse cargo e da cidade enquanto parte do país.

Mesmo com o fato de o candidato do Partido Judeu já ter sido ministro do Império, a vitória foi do jovem bacharel Joaquim Augusto do Livramento. Demonstrando o grande poder

⁹ BOITEUX, José Arthur. *Os partidos políticos de Santa Catarina* Apud JORGE, Nivaldo. *A descoberta do...*, op. cit., p. 22.



da família Luz, que tinha interesses econômicos em que o Mercado Público fosse construído na atual Praça XV de Novembro, pois possuíam uma loja próxima, assim com a construção do Mercado, receberiam um maior número de clientes:

Cabe destacar que João Pinto da Luz tinha o seu estabelecimento comercial na primeira casa da então Rua Augusta (...), e interessava a este cidadão (...) e aos seus aliados políticos a construção do Mercado praticamente ao lado de sua comercial. Era um enorme movimento diário garantido.¹⁰

Essas denominações de “Cristãos” e “Judeus” não se deram devido à religião de seus partidários, mas sim estavam ligadas as percepções acerca da localização do Mercado. A idéia de que manter o Mercado na atual Praça XV de Novembro era defendida segundo seus propagadores, não por interesses próprios, mas como uma forma de manter o comércio e por consequência o cotidiano popular próximo da Igreja matriz (Catedral de Florianópolis), da vida espiritual cristã. Os chamados Judeus receberam este epíteto por afirmarem que o Mercado não deveria ser construído próximo à igreja, sua vontade era mudar o local desse símbolo da vida social da época, para longe da praça, para um lugar onde fosse mais proveitoso para seus próprios estabelecimentos comerciais.

De acordo com as fontes, não devemos ter aqui a típica visão de uma “esquerda política” lutando contra a “direita política”. Os dois grupos eram o que, atualmente, se poderia chamar de direita política pois ambos eram formados por uma elite detentora de poder financeiro e social, lutando em causa própria, não defendendo, nem pelo menos dizendo defender interesses populares. Cada qual buscava defender seus próprios interesses, que, como já foi dito, buscavam, através de meios políticos, defender seus interesses econômicos. O que pode ser comprovado com a seguinte passagem: “Deve ficar claro que esses partidos foram organizações exclusivamente eleitorais que se esforçaram para o triunfo do seu candidato (...) Por afeições pessoais, sem proclamarem idéias, princípios ou sistema de administração provincial”.¹¹

Os cristãos como pode ser percebido, contavam com uma maior força política devido a seus aliados: famílias ricas e importantes de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, e em grande parte a isso relacionado, acabaram vitoriosos em quase todas as disputas acerca da localização do Mercado Público.

Para a construção do mercado foi organizada uma loteria, sendo angariado o fundo que se julgava necessário, porém não se tem notícia se a loteria foi ou não extraída. Algum tempo

¹⁰ Ibidem p. 23

¹¹ Ibidem p.22 Apud Jornal Cruzeiro do Sul In Boiteaux, José Arthur. *Op. Cit.* P. 91



depois, a obra foi paralisada por falta de verba, sendo então o Presidente da Província autorizado a fazer um empréstimo para a conclusão das obras. Conseguido o empréstimo, as obras foram concluídas e no dia 06 de janeiro de 1851 o Presidente da Província entregou as chaves do primeiro Mercado Público ao presidente da Câmara Municipal:

Foi construído em 1851 e era um bloco de quatro faces, retangular, com uma porta em cada lado, com quatro pares de olhos de boi nas faces mais extensas, e de dois, nas menores. Os cantos eram ornados com um jarrão de alvenaria e a platibanda do lado que fazia frente para a praça era enfeitada por um tímpano bastante simples, situado sobre a sua porta principal. O telhado era baixo, achatado, de telhas goivas e havia um pátio inferior com pavimento de lajes de pedra. 12

Mesmo com o Mercado Municipal, os problemas higiênicos e de saúde persistiram, havendo ainda muitas reclamações relativas à falta de espaço. Pescadores e agricultores afirmavam que não poderiam continuar expondo seus produtos à ação de raios solares, já que não havia mais espaço no interior do Mercado. Novamente, como uma medida paliativa, foi então erigido um anexo em 1891 (Lei nº. 41 do mesmo ano), ao lado do prédio do Mercado Municipal, que ficou conhecido como o “Galpão do Peixe”. Corroborando com a imagem de que o Mercado Público era apenas um grande armazém onde eram vendidas coisas dos mais diversos tipos sem nenhuma organização. Foi construído com muitas discussões e disputas acerca do lugar - girando em torno de Santa Bárbara ou da praça central - e sobre a localização do prédio principal.

Algum tempo depois, no final do século XIX, quando a república é proclamada e surgem novos ideais sociais, a cidade sente necessidade de um novo Mercado Público. Dada a maior diferenciação social e a “limpeza” das áreas centrais, procurando se livrar de todos os tipos de “imundícies” indesejáveis, urgem por um mercado maior, mais organizado, mais condizente com o tamanho e modernidade da cidade. Junto de outras medidas “visaram principalmente dar a Florianópolis os ares de uma cidade moderna e civilizada”¹³. É então construído o novo Mercado Público no lugar onde se encontra atualmente e, pouco depois uma nova ala, no início do século XX. Tendo a lei nº. 38, de 16 de abril de 1898, autorizado a tão aguardada inauguração do Mercado Publico Municipal de Florianópolis.

Isso vem na esteira de inúmeras melhorias para a cidade, tais como a mudança do nome Nossa Senhora do Desterro, para Florianópolis, iluminação publica através de energia elétrica, aterros, calçamento de ruas, etc.

¹² CABRAL, Oswaldo Rodrigues: *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979. P. 84

¹³ JORGE, Nivaldo. *A descoberta do Mercado Público*. Editora Cor Grafic; Florianópolis, 1996, p.34



Um estudo na construção e em toda a concepção do Mercado Público, mostra em seu estilo, a sua finalidade: a preocupação da alta classe em fazer algo para, antes de servir ao público, servir como uma decoração da cidade, um lugar que fosse esteticamente bonito, que deixasse a cidade com uma aparência melhor, com status de uma cidade grande e importante. Seu objetivo foi alcançado, visto o que o Mercado Público se tornou um símbolo da cidade, cartão-postal e local de visitação, com seus boxes famosos, como o “Box 32” ou o “Ponto 15” dentre outros, ao mesmo tempo em que mantém sua função, pitoresca dentro desse contexto, de vender produtos alimentícios.

Mesmo após todos os anos passados desde a remoção das primeiras barraquinhas da praça, percebemos que poucas coisas mudaram na política de trato as “figuras indesejáveis”, busca-se transmitir a imagem de uma Florianópolis bonita, aberta a visitação, com suas belezas naturais exuberantes e convidativas. Ao mesmo tempo em que a pobreza e as diferenças sociais continuam sendo empurradas, morro acima ou para as vielas da periferia ou partes menos nobres do centro.

O portal de entrada da cidade tem um sistema falho de tratamento de esgoto, enchendo o ar com um odor pestilento, as ruas e vielas do centro não possuem um quadro muito diferente. Cercado por isso, está o Mercado Municipal. Símbolo do Manézinho da Ilha, símbolo de Florianópolis, com toda sua beleza e diferenças culturais, sociais e econômicas.

Fontes

Coleção de leis do Município de Florianópolis, 1896 – 1901. Florianópolis; Typographia da livraria Moderna. Rua da Republica nº. 8; Florianópolis, 1901

Referências Bibliográficas

BOITEAUX, José Artur. *Os partidos políticos de Santa Catarina*. Revista do Instituto Histórico, Nº. 78. Rio de Janeiro.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis; Ed. Lunardelli, 1987.

_____. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis; Ed. Lunardelli, 1979.

MESQUITA, Ricardo Moreira de. *Mercado: do Mané ao Turista*. Florianópolis. Ed. do autor, 2002

SILVA, Nivaldo Jorge da. *A descoberta do Mercado Público*. Florianópolis, 1996.

SILVEIRA, Rogério Leandro. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003

